

OK ⇒ não precisa ser revista, só aprovada.
NÃO TEM RESUMO EXECUTIVO.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS
SUBSECRETARIA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

ATA

160ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA
REALIZADA NOS DIAS 12 E 13 DE MARÇO DE 2008.

Às quatorze horas do dia onze de março de dois mil e oito, na sala 304 do Ed. Sede do Ministério da Justiça, Brasília-DF, teve início à 160ª. (centésima sexagésima) reunião ordinária do CONANDA, com os seguintes objetivos: 1) Trabalho das Comissões para finalizar a avaliação da gestão 2007, Planejamento de 2008 e recomposição das Comissões Temáticas; 2) Discussão da Adoção Internacional com representantes da Autoridade Central Federal; 3) Referendo da Mesa-Diretora; 4) Apresentação e debate da proposta de Resolução do CONANDA sobre os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente a ser encaminhada para apreciação e contribuição dos Conselhos Estaduais; 5) Referendum da Proposta de Captação de recursos para o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente -FNCA junto a Petrobrás S/A; 6) Aprovação do Edital do exercício de 2008; 7) Aprovação do Planejamento Estratégico do CONANDA para 2008. Nesta Assembléia Plenária foi deliberado e feito os seguintes encaminhamentos: **1) Deliberações da Comissão de Orçamento e Finanças - Edital 2008.** 1.1 - Referendar a proposta aprovada pela Comissão de Orçamento e Finanças de publicar apenas um edital conjunto dos recursos provenientes do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e da Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente ao invés de dois separadamente; 1.2 - Aprovar a minuta do edital 2008 elaborada em conjunto Secretaria Executiva do CONANDA e SPDCA, com as seguintes inclusões: - as três prioridades deliberadas pela VII Conferência Nacional sobre Semiliberdade; - ação Específica "Apoio a Regionalização e/ou Descentralização das Medidas de Semiliberdade"; - apoio a ações de articulações de consórcios intermunicipais. 1.3 - Acordar com a SPDCA os seguintes parâmetros para aprovação dos projetos concorrentes ao Edital 2008 e para elaboração de futuros editais: - Os projetos financiados com recursos do FNCA serão liberados pelo CONANDA; - Os "projetos estratégicos" da SPDCA serão aprovados pela própria SPDCA sem o referendo do CONANDA. Contudo, os projetos estratégicos de "abrangência nacional" e os celebrados com OCIP devem ser aprovados pelo CONANDA; - A SPDCA deve encaminhar ao CONANDA o Plano de Aplicação dos recursos relativos aos Projetos aprovados com recursos do seu próprio orçamento. - Os recursos do FNCA devem financiar apenas despesas de custeio em 2009. Neste exercício

de 2008 tomar todas as medidas possíveis para corrigir o equívoco ocorrido da alocação de despesas com construção de unidades de internação com recursos do FNCA. 1.4 - Oficiar os Conselhos Estaduais alertando-os sobre a importância do cumprimento dos prazos estabelecidos no Edital 2008 em razão do abreviamento do período de convencimento sujeito as normas que regem a matéria em ano eleitoral. 1.5 - Propor a realização de reunião conjunta SPDCA/CONANDA/MDS para definir as atribuições de cada um sobre a implementação das medidas socioeducativas. **2. Comissão de Políticas Públicas.** 2.1 - Indicar um conselheiro para participar da Agenda Programa Especial da Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, por meio de Decreto Presidencial, a ser assinado até o dia 12 de junho dia nacional do combate ao trabalho infantil. 2.2 - Oficiar os Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente visando à mobilização nos Estados sobre o Dia Nacional do Combate ao Trabalho Infantil no dia 12 de junho de 2008. 2.3 - Definir as formas de participação dos conselheiros do CONANDA na mobilização do Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil. A Conselheira Deuzinea deverá enviar ao CONANDA, até o dia 31 de março, a proposta mobilização nacional. 2.4 - Designa os conselheiros Antônio, Núbia, Miriam e Ricardo Caporal para participarem da elaboração do regulamento da Educação à distância na aprendizagem. Reunião marcada para o dia 8 de abril de 2008. 2.5 - Viabilizar reunião dos conselheiros Júlia e Ariel para uma proposta de acompanhamento do trâmite do Projeto de Lei de Execução de Medidas Socioeducativas e acompanhar o trâmite do PL na Casa Civil da Presidência da República/Congresso Nacional: Reunião marcada para o dia 8 de abril de 2008. 2.6 - Elaborar Termo de Referência para contratação de consultor para sistematização de todas as deliberações das sete Conferências Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente já realizadas, objetivando a construção da Proposta de Política Nacional para a Criança e o Adolescente, prevista no Planejamento Estratégico do CONANDA; 2.7 - Providenciar Planilha Orçamentária do Plano de Ação da Comissão de Políticas Públicas para a Assembléia do mês de abril de 2008. 2.8 - Pautar a Plenária do mês de abril o debate com o Secretário da SAGI e representante do IPEA sobre os "Impactos do Programa de Bolsa Família". 2.9 - Agendar Assembléia Descentralizada para os dias 13 e 15 de maio de 2008 no Estado do Rio Grande do Norte. Tema Central: "Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual contra Criança e Adolescente (Regional); 2.10 - Oficiar urgente aos conselheiros governamentais informando-os sobre a data e agendamento da Assembléia; 2.11 - Providenciar o deslocamento dos conselheiros suplentes não governamentais que estão sempre presentes para participarem da Assembléia Descentralizada (Conselheira Iralda); 2.12 - Convidar o ex-Conselheiro Renato Roseno para proferir a introdução do tema na Assembléia Descentralizada, bem como um representante local; 2.13 - Designar os conselheiros Solange, Deuzinea e Fábio para participar do processo de revisão do Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes; 2.14 - Convidar representante da Comissão Intersetorial de Enfrentamento ao Combate à Violência Sexual para falar do Congresso Mundial e saber sobre as providências sobre a reformulação e monitoramento do Plano Nacional. Assembléia no mês de abril de 2008. 2.15 - Encaminhar Ofício ao Senador Cristovam Buarque convidando-o para debater a Proposta de Criação da Agência Nacional de Proteção a Criança e ao Adolescente no mês de junho de 2008 e reencaminhar cópia do Parecer sobre a matéria elaborado pela SDPCA; 2.16 - Elaborar Resolução para publicação das Deliberações

da VII Conferência Nacional; 2.17 - Solicitar Parecer Técnico a SEDH/SPDCA sobre Projeto de Lei de Atletas Mirins nos Clubes de Futebol; 2.18 - Solicitar informações à SPDCA sobre o motivo da não deliberação de passagem ao conselheiro Antônio para representar o CONANDA no Encontro Indigenista e Gênero, na Paraíba; 2.19 - Solicitar informações à SPDCA sobre a publicação do Gibi sobre o ECA; 2.20 - Oficiar os Ministérios que não estão participando das Assembléias e dos trabalhos das Comissões, solicitando a sua priorizar encaminhar cópia aos conselheiros interessados. Informar o percentual da participações, citando o Regimento Interno; 2.21- Oficiar resposta ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro relativo a Nota de Repúdio do Rio de Janeiro à conselheira Júlia; 2.22 - Oficiar ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Espírito Santo sobre a realização da Assembléia Descentralizada a ser realizada no ano de 2009, solicitando articulações com o Governo do Estado, Justiça e Ministério Público sobre o andamento do Processo Araceli, para subsidiar a discussão; 2.23 - Designar o conselheiro Antônio par participar nos dias 26 e 27 de março do Lançamento do Projeto sobre capacitação de conselheiros tutelares nas áreas indígenas em Mato Grosso do Sul, por meio de Convênio com a SPDCA, em substituição a conselheira Alda que não estar presente. **3) Comissão de Mobilização e Formação.** 3.1 - Definir os nomes dos conselheiros que deverão ocupar a coordenação (governamental) e relatoria (sociedade civil) da Comissão de Mobilização e Formação na próxima penaria do mês de abril de 2008; 3.2 - Agendar a Rede Andi, oficina para a continuidade da Mídia Training com todos os conselheiros do CONANDA para o dia 8 de abril de 2008, a partir das 14h00; 3.3 - Enviar convite urgente aos Conselheiros Estaduais dos Direitos para participarem da Assembléia Descentralizada no Rio Grande do Norte; 3.4 - Agendar os Encontros de Articulação do CONANDA com os Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais das Capitais e Conselhos Tutelares, sendo o primeiro nos dias 9 e 10 de junho de 2008, sendo o dia 9 a partir das 14h00 e dia 10 período integral e uma plenária virtual (via sistema interlegis) para o mês de dezembro de 2008, em Brasília - DF; 3.5 - Agendar Sessão Plenária Solene de Comemoração dos 18 anos do ECA com os dirigentes maiores das organizações governamentais e não governamentais que compõem o CONANDA no mês de julho de 2008 com café da manhã, para ratificação da ações desenvolvidas pelo CONANDA; 3.6 - Repassar aos conselheiros via e-mail a Agenda da Frente Parlamentar sobre as comemorações nacionais dos 18 anos do ECA. Próxima reunião, dia 31 de março de 2008; 3.7 - Encaminhar ao MDS sugestões sobre a consulta pública do PNCFC; 3.8 - Solicitar Rede Andi/CIPÓ a apresentação do Boneco do Portal dos Direitos da Criança e do Adolescente na Assembléia do mês de abril de 2008; 3.9 - Encaminhar aos conselheiros o cronograma de atividades das jornalistas contratadas par acompanhamento do Projeto. **Passou-se a seguir, aos encaminhamentos sobre os informes:** **1)** Solicitar à Secretaria Executiva informar aos conselheiros sobre situação da feitura dos Anais da VII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; **2)** Aprovar a norma interna e que todos conselheiros que realizaram ações de representação do CONANDA devem elaborar um breve relatório e socializá-lo com os demais conselheiros; **3)** Indica a Presidente do CONANDA para receber o Troféu Proteção Integral concedido pela ABMP - Associação Brasileira de Magistrados e Promotores a ser entregue durante o XXII Congresso Brasileiro da ABNP nos dias 9, 10 e 11, em Florianópolis - SC; **4)** Indicar o conselheiro Ariel para participar da Mesa de

Audiência Pública na Câmara Legislativa do Distrito Federal, a convite da Deputada Erika Kokay. Dia 19 de março de 2008 (O conselheiro estará em Brasília para reunião da Comissão Interministerial do SINASE). A Assembléia foi presidida pela senhora **Carmem Silveira de Oliveira** – Presidente do CONANDA e contou com a participação dos conselheiros: **Ivanildo Tajra Franzosi** – Casa Civil da Presidência da República; **Solange Stella Serra Martins** – Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome; **Leandro da Costa Fialno** – Ministério da Educação; **Marcus Aurélio Santos de Souza** – Ministério da Fazenda; **Eduardo Basso** – Ministério da Previdência Social; **Thereza de Lamare Franco Netto** – Ministério da Saúde; **Deuzinea da Silva Lopes** – Ministério do Trabalho e Emprego; **José Eduardo Elias Romão** – Ministério da Justiça; **Maria Júlia Rosa Deptulski** - Vice-Presidente do CONANDA; **José Ricardo Calza Caporal** – Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços; **Glícia Thais Salmeron de Miranda** – Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; **Vilmar Burzlaff** – Movimento de Educação Popular Integral e Promoção Social\Fé e Alegria do Brasil; **Maria Luiza Moura Oliveira** – Conselho Federal de Psicologia; **Miriam Maria José dos Santos** – Inspeção São João Bosco – Salesianos; **Fábio Feitosa da Silva** – União Brasileira de Educação e Ensino; **Antônio Pereira da Silva Filho** – Federação Nacional dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas; **Alda Elizabeth Boehler Iglesias Azevedo** – Sociedade Brasileira de Pediatria; **Beatriz Hobold** – Pastoral da Criança; **Maria Ignês Rocha de Souza Bierrenback** – Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança; **Manoel Onofre de Souza Neto** – Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Justiça da Infância e da Juventude; **Iralda Cassol Pereira** – Sociedade Litarária Caritativa Santo Agostinho; **Tiana Sento-sé** – Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social; **Danielle Gruneich** – Ministério do Esporte – Secretaria Nacional de Esporte Educacional; **Pedro Alves Fernandes** – Conselho Federal de Serviço Social – CFESS; **Isa Oliveira** – Fórum Nacional - PETI; **Manoel Carlos Formegli Souza** – Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - SPDCA; **Lígia Oliveira Ximenes** – Rede Andi Brasil; **Ana Flávia Arantes Flores** – Rede Andi Brasil; **Nair Rúbia Nascimento Baptista** – Rede Andi Brasil; **Eliana Augusta de Carvalho Athayde** – Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente. A Sra. Maria Júlia Rosa Deptulski informa que o assunto em pauta é a Assembléia Descentralizada de 2008. Em discussão, quais seriam os Estados para realização das assembleias. A Sra. Núbia Nascimento Baptista, representante da Rede Andi Brasil, diz que na última reunião a cidade defendida pela maioria dos membros era Natal. A Sra. Maria Júlia Rosa Deptulski, salienta que, neste momento, os membros teriam que estar discutindo quem vai coordenar esta descentralizada, em Natal, no caso seria o Conselho Estadual. Vamos esperar a chegada do Onofre para definir o papel do Conanda na assembleia descentralizada. Em relação às visitas agendadas lá, no sistema de internação, eu acho que ele deveria ser aberto, sim, porque, das outras vezes, só um pequeno grupo que foi. Então, assim, é para todo mundo participar dessas visitas. Acho que a gente vai discutir, vai tirar o momento para todo CONANDA ir fazer a visita, sem problema. O Sr. Ariel de Castro Alves, representante do Movimento Nacional de Direitos Humanos, diz que a questão do Rio Grande do Norte, que é antiga, é a questão dos grupos de extermínio, de assassinato de crianças e adolescentes. Precisava ver com o Onofre se, atualmente, se essa é uma questão predominante pra que a gente possa ver algum tipo de atividade que possa incluir essa pauta, fica uma demanda

grande para as entidades de direitos humanos, até teve um advogado que trabalhava com isso e foi assassinado. A Sra. Núbia Nascimento Baptista sugere não só visitas, mas contribuições nos Estados para acompanhar de perto a realidade local. A Sra. Maria Júlia Rosa Deptulski informa a Thereza, que está sendo discutindo aqui a descentralizada nos dias 13, 14 e 15 de maio em Natal. O Sr. Fábio Eiji Kato, diz que se vamos pensar em um evento, enquanto CONANDA, a gente precisaria avaliar algumas coisas: primeiro, Belo Horizonte tem alguns avanços, não está resolvida a saúde mental em Belo Horizonte, está longe de ser resolvida, principalmente no centro de internação, que é, ainda, um grande desafio, mas há avanços, em Belo Horizonte. Pensar nessa oficina, em Belo Horizonte, nós vamos ter experiência de Belo Horizonte, e, com certeza, não se usa essa experiência em outro estado, porque a gente sabe como é difícil aí o nosso Brasil. Se a gente vai fazer uma oficina, e concordo que ela precisa ser de fato específica, já que é específica desse tema, que a gente possa ter a contribuição dos nossos estados, para que a gente possa, inclusive, enquanto SINASE, pensar no monitoramento, ter uma linha de fato, depois de uma reflexão com os estados, ter uma linha para que nós, enquanto CONANDA, possamos definir melhor, já que é um evento enquanto CONANDA também. Então, precisamos ter a visão do todo. Então, imagino que até se for para só discutir essa questão específica de Belo Horizonte, poderia ser até em Brasília, convidar o pessoal para cá. Mas, eu proponho que amplie mais para que a gente possa ter maiores conteúdos dessa área. A Sra. Miriam Maria José dos Santos, representante da Inspeção São João Bosco, concorda com Thereza, porque acha que a oficina tem que ser mais objetiva e prática mesmo, e acho que não é só defeito, conhecer o exemplo de Belo Horizonte não, sabe Fábio, porque acho que nada impede, depois que isso for construído que a proposta construa uma normativa em relação a essas questões, se Belo Horizonte está mais avançada, vamos ouvir o exemplo de Belo Horizonte, depois, você colocar em consulta pública essa proposta. Acho que o CONANDA já tem esse exercício, o próprio Ministério da Saúde tem esse exercício. Aí, você vai escutar os outros estados, porque acho que o receio da Thereza de você trazer, às vezes, os estados que estão atrasados com essa discussão, é que vai emperrar o trabalho mesmo. Acho que você tem que buscar as idéias daqueles que estão mais avançados e, depois, colocar em consulta pública, porque eu acho que é a forma mais democrática para toda essa discussão. Depois, fazer esse grande seminário, para poder trazer contribuições, discussões, dos outros estados ou dos outros municípios, o Brasil também está trabalhando com essa rede de saúde mental. O Sr. Manoel Onofre de Souza Neto, representante da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude, salienta que a idéia que vem sendo discutida, da Thereza, com o Fábio, é essa lógica que o menino está dizendo, que tem uma metodologia. A idéia é a gente partir de uma metodologia, coisa que a ABMP vem trabalhando em diversas fontes, em conjunto, e, na verdade, não vai notar uma coisa feita no horizonte, porque são atores de todo Brasil que vão estar lá, não é uma realidade específica de Belo Horizonte. O que a gente busca é montar o fluxo devido, o fluxo real e o fluxo ideal. Então, o fluxo devido é aquele com base na normativa que a gente tem, é pegar o que tem do Ministério da Saúde, do que é que tem do CONANDA, do que é que tem não sei de quê, e, para o fluxo devido, é assim: eu, como profissional, tenho que obedecer a esse fluxo, "ponto", mas na discussão do fluxo devido, com a metodologia da oficina, vai aparecendo o que a gente chama

de curto circuito, seria bom a gente visualizar essa coisa da oficina. E essa oficina, na proposta que ela está colocando, ela pode ser feita no Rio Grande do Norte, em Brasília, em São Paulo, mas você precisa ter todos os atores de uma rede, e a idéia que a gente trabalha essa rede. A Sr^a. Maria Júlia Rosa Deptulski passa o encaminhamento. O Sr. Fábio Eiji Kato, diz que há algumas coisas já bem claras, mas que, na próxima reunião da Comissão, fosse apresentada uma proposta para o grupo trabalhar em cima dela, porque aí já vão propondo e contribuindo. A Sra. Maria Júlia Rosa Deptulski diz que Ariel, colocou uma proposta de estar chamando os juizes e promotores aqui no CONANDA, com a mesma intenção que foi a questão dos fundos. A Sra. Miriam Maria José dos Santos, ressalta duas questões. Em relação a proposta de pesquisa da Universidade Católica do Rio Grande do Sul, para pesquisar os adolescentes e saber se o Ministério da Saúde já tem uma posição em relação a isso, e se o CONANDA soltou alguma nota, porque não lembra. A Sr^a. Maria Júlia Rosa Deptulski, diz que na época foi enviado à todos os conselheiros. Menciona um retorno da área de saúde mental, a preocupação dela em relação a essa pesquisa. Volta aquela idéia de passado, vir lá dos tempos atrás, o problema é individual e social. E isso tem uma corrente muito forte no Rio Grande do Sul, o Ministério é contra, a posição do Ministério é de muita cautela em relação a isso, é muito complicado você classificar as pessoas. Então eu acho que seria importante, que o CONANDA pode fazer é pedir ao Ministério da Saúde, na área da saúde mental, subsídios com relação a esse tipo de pesquisa. Um participante informa que em Agosto tem a grande reunião do CONANDA, com todo sistema de garantia. Dando continuidade aos trabalhos, a Sr^a. Nilcinéia diz que há uma certa dificuldade com a comunicação da Secretaria Executiva. A Sr^a. Júlia Galiza de Oliveira - Ministério da Justiça, diz que quando a Carmen era Presidente, a mesma era consultada enquanto Presidente, e o CONANDA como orçamento, o CONANDA delibera, não tem Ministro, não tem Secretário que vai desfazer o que esse Conselho deliberou. O Sr. Manoel Onofre de Souza Neto, trata da questão de fundo novamente, que é a questão do CONANDA estar a reboque com o SPDCA, eles entenderem que o nosso papel é acessório, a SPDCA, e acharem que o que a gente faz não tem tanta relevância, tanta importância. Outra coisa, cadê a representante da SPDCA aqui, nesta comissão? Foi tirado, cobramos na assembléia passada, não teve nenhum retorno, conversamos com a Bernadete, na semana passada, não tem nenhum retorno, conversamos com a Bernadete na semana passada e ela falou que talvez voltaria, que naquela não pôde participar, e, agora, continuamos sem resposta. Secretaria Executiva, eu já estive aqui em uns dias que não teve reunião do CONANDA e vejo que o Bené tem que participar de mil reuniões por ordem da Subsecretaria da Criança e do Adolescente, que não necessariamente são reuniões vinculadas ao CONANDA, mas para assessorar a Subsecretária, então, não dá, é Secretário Executivo do CONANDA, não é Assessor, então, isso acontecia mais quando era Presidente, esperamos, agora, que aconteça menos. Mas, na prática, ele estava como Assessor da Subsecretária de Proteção da Criança, acompanhando reunião, representando ela, muitas vezes nem propriamente pelo CONANDA, mas mais interesse da subsecretaria, então, isso também dificulta bastante que o Secretário Executivo fique, realmente, à disposição integralmente do CONANDA. Sei que ele tinha um compromisso nos Estados Unidos, por isso que ele não está, mas é só uma explicação pelo que eu acompanhei, está sobrecarregado por conta de demandas que, muitas vezes, são da

Subsecretária, e não propriamente do CONANDA, e temos outras pessoas também na Secretaria Executiva e, até hoje, não temos aquele organograma devidamente cumprido dentro da Secretaria Executiva do CONANDA. A Sra. Miriam Maria José dos Santos, concorda com Júlia e diz que a questão do orçamento do CONANDA, para poder fazer aquela reavaliação do plano de efetivação do trabalho infantil, então, teve que pegar o PPA 2008, da Secretaria de Direitos Humanos, não há nenhuma rubrica escrita CONANDA. No PPA não aparece, só aparece ações da SPDCA, não tem orçamento específico nenhum. A única coisa que tem lá é sistema de garantias de direitos. Então, é isso que tem lá, essa rubrica: sistema de garantias de direitos. Ela pode falar que o CONANDA está ali dentro desse sistema. Agora, dessa vez, como secretaria executiva, a gente está discutindo, quanto tempo a gente está fazendo essa discussão, essa questão de a gente estar a reboque da secretaria, não é a primeira vez que isso acontece dentro do CONANDA. Foi lembrado pelos membros que a Comissão da plenária passada deliberou que a Secretaria Executiva fizesse o levantamento orçamentário das ações da comissão. A Coordenadora dos trabalhos, coloca para discussão o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária e a descentralizada. O Sr. Manoel Onofre de Souza Neto, diz que em foco, na descentralizada, a questão da violência por ação sexual, sobretudo a discussão no âmbito do turismo, que é uma realidade muito premente no nordeste e talvez esse seja o foco, e tem um reclamo, digamos assim, interessante na região, é que seja trazida a discussão de uma política regional. Recife foi vítima, Salvador idem, agora, está se especulando Maranhão, então, essa questão se alastra, a questão específica da exploração sexual vem tomando conta, dominando todo litoral, cada vez mais crescendo, Fortaleza está mais do que dominada. Enfim, porque falta uma política, não temos uma política específica de intervenção e de atuação que dê esse viés diferenciado para a questão da exploração sexual. Isso implica tomada de posição, inclusive, do próprio Governo Federal - que a gente gostaria muito de ver discutido. A Srª. Deuzinea da Silva Lopes - Ministério do Trabalho e Emprego, diz que o caso dos turistas que entram no Ceará e pegou um avião para o Rio Grande do Norte, então, não tem uma política, digamos, com a entrada desses turistas. De repente, a gente poderia, não sei se vocês se lembram da fala da Marta, assim que ela entrou, ela disse que ia trabalhar nisso, no combate à exploração sexual. O Sr. Ariel de Castro Alves, acha que quando a gente falou nessa questão da unidade de internação é porque a gente não pode perder a oportunidade de quando está em reunião, porque são poucas as assembléias descentralizadas, a gente trabalhar em cima da implementação do SINASE, agora, se tiver uma briga, um abrigo também interessante para se visitar com relação ao plano de convivência familiar e comunitária, acho que também pode, não precisa, necessariamente, todos os conselheiros, mas, em cada situação, aqueles mais vinculados às áreas de atuação prioritárias aqui dentro do conselho. E a Deuzinea lembrou bem a questão do Ministério do Turismo, acho que como Ministério do Turismo faz parte do CONANDA, era bom a gente chamou um representante, até porque essa questão do turismo sexual vai ser um dos temas predominantes, até para a pessoa saber por que trazer depois para a Ministra, poder ajudar para encaminhamentos, ou, então, chamar, enquanto CONANDA, uma representação do Ministério do Turismo para participar. O Sr. Antônio Pereira da Silva Filho - Representante da Federação Nacional dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas, diz que quanto à questão do Ministério do Turismo, sei que eles

têm uma comissão temática que chama Turismo Sustentável, Infância e Adolescência. Já faz dois anos que tinha sugerido para o Fernando que o CONANDA solicitasse a participação do CONANDA nessa comissão temática, mas nunca andou, sei que a ASDH, por meio da Cristina Albuquerque, participou de algumas reuniões dessa comissão temática. Mas seria interessante que o pessoal do CONANDA tivesse uma relação mais próxima com essa comissão. O Sr. Manoel Onofre de Souza Neto, acha que saíram algumas questões que fui anotando. Primeiro, essa coisa das visitas é importante, determinante, aliás, porque fortalece o estado, mostra algumas chagas que precisam ser encaminhadas, é, realmente, bem legal. E a gente tem alguns equipamentos que vão servir, a visita vai ser rica, no momento político que a gente vive. Tem que movimentar todo o nordeste, aliás, nesses contatos, a gente já está especulando, não ia fazer senha da liberação do CONANDA, mas como seria uma audiência pública, alguns presidentes dos conselhos já ligaram, Recife mesmo, não tem nada, nenhuma programação, a gente está montando, mas a idéia nossa foi começar a gerar expectativas, no Maranhão, fim de semana passado, o pessoal já tendo essa vontade de estar junto. Temos uma descentralizada, o documento base é do CONANDA, na área da violência e exploração sexual é o plano. Na minha concepção, o plano deveria ser o foco, porque ele está defasado, ele não está sendo monitorado. O plano deveria ser o foco, Júlia, porque ele traz todos os eixos. E aí, nisso, a gente pode dividir algum aspecto do eixo de responsabilização, algum aspecto do eixo de atendimento, porque, por exemplo, no plano, o Ministério do Turismo, à época, não estava lá presente, e, hoje, a gente sabe que o Ministério do Turismo tem que ter uma política específica para isso, para a área da exploração sexual, por exemplo. Então, na minha concepção, deveria a pauta básica, que é o documento referencial do CONANDA, na área da violência e exploração sexual, ser o plano. A Assembléia de Natal, Júlia, acham que vai servir para dar algum subsídio, que seja, nisso, dar uma boa orientação. Agora, a gente tendo clareza do que a gente quer, e o CONANDA fazendo essa aproximação. Ao início dos trabalhos do turno vespertino, a Coordenadora ressalta que ficou agendado da reunião passada para essa que faríamos uma discussão sobre adoção internacional. Fizemos contato, convidamos, pelo Ministério da Justiça, a presença do pessoal do Itamaraty, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, autoridade central, para a gente, enfim, conversar um pouquinho sobre esse assunto, que é algo que a gente já teve debate aqui, se não me engano, no ano passado, no ano retrasado, e a gente retoma, então, essa discussão com os conselheiros, nesta nossa plenária. Com a palavra Patrícia Lamengo, que coordena a Autoridade Central Administrativa Federal, que é um órgão da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, diz que trabalha com dois temas, basicamente, trabalhamos com adoção internacional e com seqüestro internacional de crianças, então, estamos vinculados à aplicação de três acordos internacionais. Enquanto a gente não consegue acertar a apresentação, basicamente é o seguinte: a Autoridade Central foi instituída em 2000 para dar cumprimento à Convenção de Haia de 1993 sobre adoção internacional de crianças. Então, um trabalho que, inicialmente, a secretaria estava no Ministério da Justiça, chama secretaria de estados e direitos humanos, depois passou, em 2003, para órgão da Presidência da República, mas nós tivemos uma relativa continuidade no tratamento desse tema. Qual é a função da Autoridade Central? Nós acompanhamos as adoções internacionais, que são realizadas pelo Poder Judiciário, e temos a responsabilidade de

credenciar os organismos estrangeiros que atuam no território brasileiro em adoção internacional. Inclusive coloquei aqui material que a gente distribuiu, a complementação do que seria a apresentação. Temos, a partir da ratificação da Convenção de 93, um conselho, tem aqui um organograma desse conselho, que é o Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras. Esse conselho é composto pelos vinte e sete tribunais de Justiça estaduais, que são representados pelos presidentes das CEJAI, as CEJAI são estruturas criadas a partir da Convenção de Haia de 93, são Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção Internacional. Então, cada tribunal de Justiça tem uma estrutura dessas que basicamente é composta por um juiz corregedor, um representante do Ministério Público, um secretário executivo e uma equipe de psicólogos e assistentes sociais. Quase todos os estados já têm essa comissão relativamente bem estruturada, principalmente aqueles estados que trabalham, há muitos anos, com adoção internacional, que é o caso dos estados do sul do Brasil, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, são basicamente os estados que têm uma trajetória mais antiga, e Pernambuco, de trabalho com adoção internacional. Essas comissões têm como presidente o corregedor geral de Justiça do estado, então, o nosso conselho, na realidade, tem, na sua composição, os vinte e sete corregedores gerais de Justiça, um representante do Itamaraty, do Ministério das Relações Exteriores, um representante da Polícia Federal e temos, como presidente, o Secretário Especial dos Direitos Humanos. A Coordenadora da Mesa agradece a apresentação da Sra. Patrícia. O Sr. Manoel Onofre de Souza Neto - Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude, indaga a Patrícia, pelo que entendi, a Autoridade Central e até o próprio conselho estão buscando um apoio político para dar suporte a uma eventual decisão que diz respeito à suspensão ou ampliação do credenciamento dos organismos. A Sra. Patrícia Lamengo, diz que é uma preocupação que a Autoridade Central tem e diz que o entendimento do CONANDA sobre esse tema específico da adoção internacional, como é que o CONANDA vê essa situação da adoção internacional como um todo. O Sr. Manoel Onofre de Souza Neto, acha que é até difícil, como esse tema é bem novo, no CONANDA, no que diz respeito a esse movimento, a esse credenciamento, talvez não tivéssemos condições de efetuar uma deliberação. Agora, constituir um grupo para fazer uma avaliação, para fazer um estudo e ver a questão política de se deliberar, inclusive a questão política e jurídica também. A Sr^a. Patrícia Lamengo, diz que é uma preocupação que, na realidade, que a Autoridade Central está trazendo, dentro desse nosso cenário, para que o CONANDA também tenha, digamos, conhecimento da situação e para que, no futuro, você não tenha, de repente, uma inversão de todo esse trabalho que tem no Brasil, até por questões de governo, temos mudanças de governos, hoje, temos todo um trabalho com o SPDCA, toda uma orientação, amanhã, no outro governo, isso pode ser mudado. Então, a preocupação é trazer esse tema, até para o CONANDA ter conhecimento do que está acontecendo e a questão dos recursos, que a gente acha importantíssima essa orientação, para resolver os problemas de uma vez por todas. O Sr. Manoel Onofre de Souza Neto, acha que, em termos de deliberação, acho que poderia sugerir, como encaminhamento, que fosse constituído um grupo para fazer uma avaliação com base nas notas técnicas, juntamente com a SEDH, para dar suporte a uma deliberação de ordem pública consistente, que esteja de acordo com a nossa política, no sentido colocado aqui, de viabilização da convenção familiar comunitária, mas que também

que não fira outras questões de ordem política que pode gerar uma dificuldade imensa, e a responsabilidade vai ficar para o CONANDA que tomou uma decisão. A Sra. Thereza de Lamare Franco Netto - Ministério da Saúde, destaca a exposição do assunto por parte da Sra. Patrícia. A Sr^a. Marisa Tardelli de Azevedo - Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, diz que a Autoridade Central, o Judiciário, têm a sua competência, e acha que o CONANDA precisa trazer mesmo as suas diretrizes, o seu posicionamento técnico. Cita também a questão do Cadastro Nacional de Adoção. A Presidente dá bom dia a todos e a todas presentes nessa 160^a Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Salienta que é a primeira assembléia que começa a presidir nesta gestão de 2008 a 2009 e que gostaria de saudar a todos e dizer que eu desejo que a gente construa um bom trabalho, que a gente dê seqüência a todos que passaram por aqui e todas que fizeram, acho que a gente acaba de ter duas mulheres, uma na vice-presidência e outra na presidência, conduzir esses trabalhos. Em nosso planejamento temos, para este ano de 2008, os dezoito anos do Estatuto, a Resolução dos Conselhos Tutelares, a Resolução sobre os Fundos, o PL das medidas sócio-educativas, a reestruturação dos conselhos, fortalecimento dos Conselhos de Direito, o SINASE, o Plano Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e, com isso, a nossa tarefa não é pequena, além de tudo que surge. Em meio a tudo que foi planejado, temos o nosso trabalho, relevante e de interesse público. Muitas vezes, é anônimo para nós mesmos, mas hoje gostaria de tirá-lo, pelo menos um pedacinho dele, do anonimato, com um relato que vou apresentar para vocês agora em um vídeo exibido aqui agora. Declara, então, aberto os nossos trabalhos e deseja que todos sejam munidos de muita sensibilidade, responsabilidade e compromisso. O Sr. José Ricardo Calza Caporal, representante da Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços, sugeri e solicita que seja primeiro ponto de pauta, a aprovação do edital do exercício 2008. Após discussão os membros aprovam. A Coordenadora pede para que os novos membros se apresentem. Passada a palavra para a Sr^a. Carmen Silveira de Oliveira - Vice-Presidente da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, inicialmente fizemos uma proposta de dois editais distintos, um edital do SPDCA, um edital do CONANDA, e apresentamos minutas desses dois instrumentos e, na Comissão de Orçamento, fizemos uma discussão, inclusive, com a presença da Presidente e chegamos a uma proposta de um edital conjunto novamente. O Sr. José Ricardo Calza Caporal fala sobre os valores, o projeto e o custeio. O Sr. Ivanildo Tajra Franzosi - Titular da Casa Civil da Presidência da República, menciona preocupação com a questão dos prazos. O Sr. Vilmar Burzlaff - Movimento de Educação Popular Integral e Promoção Social, traz à questão dos prazos para Estados e Municípios, e diz que na verdade, a chamada é para todo mundo com o mesmo prazo. A Sra. Júlia Galiza de Oliveira, começa destacando a introdução da Carmen e com relação à questão de constrangimentos, que os projetos da SPDCA que não venha para a aprovação deste plenário, porque isso gera um grande atraso. O Sr. Manoel Onofre de Souza Neto frisa a questão dos prazos. A Sra. Solange Stella Serra Martins - Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome acha que o papel do conselho é aprovar os critérios de partilha do recurso com a SPDCA. A seleção e aprovação dos projetos cabem ao órgão gestor. O conselho tem que priorizar, e aí discordando de outro membro do Conselho, acha que o Conselho tem que começar a priorizar um trabalho mais político. O Sr. Fábio Eiji Kato, acredita em um avanço do edital

conjunto, percebendo que isso possibilitou uma visão mais ampla enquanto conselheiros. A Sr^a. Glícia Thais Salmeron de Miranda Vieira - Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Conselho Federal, pede esclarecimentos em relação à questão do edital, ou seja, entende na sua explanação que é único edital, um edital conjunto. A Sr^a Carmen Silveira de Oliveira - Vice-Presidente da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, salienta em primeiro lugar, que queria acrescentar que tem a oportunidade de dizer que nesses últimos anos a Secretaria operou com a máxima transparência, inclusive melhorando os procedimentos de socialização das informações, seja, enfim, destacando o Jader, que vem trabalhando com acesso às planilhas. Infelizmente, tiveram um processo do PPA no ano passado que foi bastante traumático, ele coincidiu com a formulação da agenda, e a gente não pôde acompanhar isso junto com o CONANDA, da forma como desejaria, porque têm muitos conselheiros que não participaram em anos anteriores e menciona a questão da junção dos dois orçamentos. A Sra. Maria Ignês Rocha de Souza Bierrenback, representante da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança (ABRINQ), destaca suas indagações e preocupações e acha que alguns argumentos da Secretaria é no sentido de que só ela apresenta os projetos para aprovação do CONANDA, quando toda Esplanada deveria apresentar os projetos relativos à política da infância e da adolescência ao CONANDA, e não o fazem. O Sr. Antônio Pereira da Silva Filho, representante da Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas (FENATIBREF), pede alguns esclarecimentos ao Conselho. A Sr^a. Tiana Sento-Sé, representando o Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social (IBISS), diz que o CONANDA, o Conselho Estadual, o Conselho Nacional, o Conselho Municipal, enfim, acha que o sonho é todos olharem um no olho do outro e ver que aqui todos têm um objetivo, que é criança e adolescente e que todos vão combinar estratégias conjuntas para isso. O Sr. José Eduardo Elias Romão, representante do Ministério da Justiça, salienta que todos concordaram com a junção do orçamento e que não há diferença sobre esse ponto. Fala também da questão dos recursos utilizados. A Sr^a. Danielle Gruneich, representante do Ministério do Esporte, destaca a fala da colega Solange e diz que está para contribuir com aquilo que realmente é papel do conselho, como a nossa colega também expôs, a questão da política pública. O Sr. Fábio Eiji Kato, fala da questão do fortalecimento da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Após discussões, há sugestão de encaminhamentos a respeito da agenda de hoje, do edital, na aprovação, no edital. A Sra Júlia Galiza de Oliveira acha que algumas pessoas já expressaram a questão de um único edital. O Conselho discute a questão do edital e alguns membros dizem que não é competência do Conselho discutir esse assunto. O Sr. Leandro da Costa Fialho - Ministério da Educação, destaca a experiência que tem é que o Rio Grande do Norte, inclusive, criou um curso de mestrado em violência. Os membros revisam os pontos do edital e discutem sobre semi-liberdade. Destacam também a questão dos recursos. A Sr^a Solange Stella Serra Martins - Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS), em linha geral faz a cobertura de todas as metas. Os membros também discutem a questão dos valores do fundo. O Sr. Fábio Eiji Kato diz que quem delibera sobre recurso do Fundo é o CONANDA, o nosso recurso não está destinado, quatorze milhões, para a construção, se estiver, tem um equívoco, porque a plenária do CONANDA tem esse poder de deliberação, então, para ele, uma coisa é o recurso da Secretaria, que já está lá, agora, o recurso do Fundo. A Sra. Júlia Galiza de Oliveira, diz que foi aprovado

ontem, no dia 12 de março, o orçamento de 2008 do Governo Federal. E aí, o seguinte, o que está entendendo, Fábio, a deliberação é nossa, mas foi deliberado, por nós, o ano passado, e esse valor que está aqui é o que foi aprovado e está no orçamento, escrito lá investimento de capital. O Sr. José Ricardo Calza Caporal fala dos projetos da Petrobras. A Sr^a. Iza Oliveira - Secretária Executiva do Fórum Nacional PETI, traz ao CONANDA uma demanda do Fórum Nacional, que, na sua última plenária de 2007, ficou incumbida de trazer ao CONANDA uma proposta de construção de uma agenda comum e, evidentemente, porque somos uma agenda comum, temos que ter uma motivação. E a motivação que ela traz para essa proposta de agenda comum é o 12 de junho. O 12 de junho não é só mais um problema mundial, mas é o dia nacional de combate ao trabalho infantil. Surge uma deliberação que a comissão tirou que é encaminhar um ofício ao coordenador dessa mobilização do dia 12 de junho, a senhora Rosiléia solicitando, inclusive, o CONANDA nessa mobilização. Os membros discutiram vários pontos para questões das próximas reuniões. Nada mais havendo a ser tratado a Presidente agradece a todos e encerra a assembléia, determinando a lavratura da presente ata que vai por ela assinada.

CARMEN SILVEIRA DE OLIVEIRA

Presidente do CONANDA